

Discurso na cerimônia de assinatura dos termos de autorização para prestação de serviço telefônico comutado no Estado de São Paulo e de direito de exploração de satélite brasileiro

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 5 DE MAIO DE 1999

Senhor Ministro Pimenta da Veiga, das Comunicações; Senhores Embaixadores; Parlamentares que aqui se encontram; Senhor Representante da Megatel, Derek Burney; Senhor Representante da Loral Skynet do Brasil, Umberto Celli Júnior; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,

Sobra-me a palavra, neste momento. O Ministro Pimenta da Veiga explicou, com precisão, o significado deste nosso encontro. E justamente hoje, que é o Dia Mundial das Comunicações. Realmente, aprez-nos verificar – e, neste instante, homenageio, uma vez mais, o Ministro Sérgio Motta, que foi o grande impulsionador desse programa de privatização – que estamos chegando ao término desse processo. É um término que diz respeito, também, a algo que para o Governo é fundamental. É que não se trata apenas de privatizar por privatizar. Há uma filosofia, por trás de todo esse processo de privatização do Governo.

Há, pelo menos, dois objetivos que têm que ser aqui marcados, com clareza. Um, é que nós não queremos passar do monopólio público ao monopólio privado. A privatização, no Brasil, se faz com a

idéia muito clara de que é importante que exista competição. O mercado só tem efeitos realmente benéficos quando é um instrumento de competição. Então, as empresas-espelho, como o Ministro mostrou, realmente, marcam esse espaço importante.

Dizia-me, há pouco, o nosso Doutor Renato Guerreiro que num grande país que fez a privatização do seu serviço de telefonia – país que não é deste continente, diga-se de passagem –, como não houve essa preocupação com a competição, o resultado foi perda líquida do número de empregos, enquanto, aqui, nós estamos incentivando o investimento. Então, é muito importante firmar e afirmar que essa é a posição do governo do Brasil: nós queremos competição.

Em segundo lugar, achamos, também, que esses processos de privatização não podem ter como consequência um Estado que minguê. Tem que ser um Estado que se transforme. E, por isso mesmo, ao fazermos a privatização, criamos as agências reguladoras, que são instrumentos fundamentais para que o serviço público, realmente, seja prestado ao público. A concessão de um serviço público não exime o Estado, o Governo de responsabilidade. Ele muda, isso sim, o caráter dessa responsabilidade. Se antes da privatização o Estado tinha que fornecer, diretamente, o serviço, agora ele regula, fiscaliza, verifica, através da Anatel, no caso da telefonia, se efetivamente os serviços estão sendo prestados.

Portanto, não se trata de uma “privatização selvagem”, como muitos clamavam, há alguns anos, quando diziam que o Governo não ia privatizar. E queriam que se privatizasse tudo, de repente. O Governo ouviu, com paciência, como é de seu hábito, de todos nós, as queixas, as reclamações, mas seguiu o rumo. E o rumo era: vamos privatizar, sim, mas vamos privatizar com uma filosofia democrática – queremos competição –, e com uma filosofia que implica que o governo tem por objetivo central servir ao público, servir ao consumidor, à população. E daí esse empenho na regulamentação.

De modo que é um processo que significa, ao mesmo tempo, uma transformação da estrutura do Estado brasileiro. E um processo que leva a que a clientela, o consumidor, tenha um papel ativo, também,

nisso – e tem tido –, nas reclamações que a todo instante se vêem. Hoje há de quem cobrar. E há um instrumento, através do qual a população pode cobrar, de modo que não se trata, portanto, de um simples processo de vender ativos. É muito mais do que isso. É uma modificação estrutural da economia e, simultaneamente, do Estado brasileiro.

Também, apraz-nos dizer que nos preocupa, e vemos como uma resposta positiva, não apenas que haja investimentos – e eles continuam havendo – com grande força, no Brasil, e as razões o Ministro já deu: aqui é um mercado que se expande e, portanto, quem investe faz negócio, faz bom negócio. Mas apraz-me também dizer que se trata de incentivar a indústria de equipamentos. Trata-se, portanto, de criar cadeias produtivas, e essas cadeias produtivas implicam, também, outras empresas, algumas de propriedade de brasileiros, outras que são de propriedade mista, mas todas são empresas no Brasil e são todas geradoras de tecnologia e de condições de trabalho para os brasileiros.

É um processo dinâmico, que é muito importante. E o objetivo de todo esse esforço, que é grande e hoje se conta, realmente, em dezenas de bilhões de dólares o que tem entrado no Brasil, sem contar o investimento direto feito aqui, no Brasil, por brasileiros, que é muito grande também. Recentemente, ainda foram publicados trabalhos que mostram que quando algumas pessoas pensam que houve desnacionalização, os dados desmentem isso. Desmentem isso. Houve um processo de tornar mais ativo e mais complexo o processo produtivo, mas sempre havendo a participação do setor nacional e por essas cadeias produtivas que se formam.

Mas esse esforço todo, como também mencionou o Ministro Pimenta da Veiga, tem como objetivo melhorar as condições de vida do povo brasileiro. Baratear o custo do telefone, incentivar as comunicações, permitir que novas formas de organização produtiva, inclusive domésticas, de pequena e média empresa, tenham uma condição mais favorável para que possam se expandir, e assim por diante. Obviamente, o que nós desejamos, todos, é que, ao final, tenhamos o conjunto da população com vida melhor.

Entre parênteses, quero dizer também que me satisfaz bastante o que vi, hoje, nos jornais – já tinha lido também –, que são dados da Cepal, que é a Comissão Econômica para a América Latina, onde se mostram, claramente, os efeitos benéficos do plano social para a população mais pobre, a redução importante da quantidade de pobres e de miseráveis no Brasil.

É triste dizer que apraz ver a diminuição dos pobres e miseráveis, porque significa dizer que ainda os há. Mas significa também dizer que estamos avançando no bom caminho e que, graças ao esforço imenso que o Governo fez para, apesar das turbulências internacionais, manter sob controle a inflação, os malefícios que poderiam ocorrer em função da desvalorização não vão afetar as populações mais pobres do Brasil.

Aqueles que gostam de tragédia – alguns até de organismos internacionais, que fazem exercício de cálculo, mas não fazem exercício de realidade – vão se decepcionar uma vez mais, na medida em que, controlada a inflação e reativado o processo de desenvolvimento, que é o objetivo central do Governo, obviamente, não vamos permitir que exista um efeito maléfico sobre as camadas mais pobres da população. Pelo contrário, na medida em que se desenhe, como está se desenhando, um horizonte mais favorável ao investimento e, portanto, à expansão da atividade econômica e do emprego, vamos é ter um efeito mais positivo sobre a população brasileira.

Entendo que, em momentos de transição, de turbulência, em momentos de angústia que afeta a todos nós, se perca, muitas vezes, a noção das coisas e se imagine que possa haver riscos maiores do que os que, na realidade, existem. Mas também tenho a confiança suficiente no nosso país, na nossa economia e naqueles que aqui estão investindo para acreditar que, passados esses momentos de certa aflição, os benefícios palpáveis e o rumo certo e da continuidade desse rumo, incluindo nele a estabilidade da economia brasileira e a continuidade do desenvolvimento, as populações sentirão, e em breve, os efeitos positivos através da reativação da atividade econômica, do

aumento do emprego e, por conseqüência, mantido o controle da inflação, da melhoria do bem-estar da população.

Termino agradecendo àqueles que demonstraram confiança no Brasil, sejam brasileiros ou não, e dizer que essa confiança só nos anima a prosseguir nesse mesmo rumo, que é um rumo que não dispensa valores, que não dispensa a crença, que não dispensa energia, que não dispensa competência técnica, mas que requer também que tenhamos paciência, realismo, humildade para corrigir, se erros existem, mas, sobretudo, a crença inabalável de que este país é um grande país.

Muito obrigado.